

O Espírito dos papéis mortos: Um pequeno estudo sobre o problema da verdade histórica em Leopold Von Ranke.

Pedro Spínola Pereira CALDAS¹

*Um dos grandes perigos que o intelectual deve evitar,
se quiser avançar em seu empreendimento,
é universalizar depressa demais².*
Jean-Paul Sartre.

É realmente impressionante o poder das caricaturas. Na história da historiografia, e, mais especificamente, no caso de Leopold Von Ranke, elas exercem uma influência tão contundente que nem mesmo dois dos nossos grandes historiadores foram capazes de reconstruir traços mais fidedignos na face deste quase mitológico historiador prussiano. De que adianta um Sérgio Buarque de Hollanda ter enfatizado que Ranke buscava “grandes unidades de sentido”³ se ainda prevalece o ataque francês dos *Annales* à historiografia do século XIX? Recentemente, até mesmo um autor marxista – portanto, insuspeito – como Ciro Cardoso⁴ tentou desfazer o equívoco.

Aqui apenas reapresento, com apenas algumas divergências de enfoque e interpretação, o que um leitor atento encontra nas páginas Sérgio Buarque de Hollanda e Ciro Cardoso: não é evidente a posição do intérprete que se deduz a partir da obra de Ranke. O termo “posição” não é gratuito, pois induz ao questionamento da tarefa interpretativa que, em Ranke, não ultrapassa o senso-comum. Diz-se sempre: comprovada a autenticidade das fontes, pouco restaria ao historiador senão a confirmação desta veracidade e o seu subsequente registro. Todavia, no prólogo de seu livro sobre a Reforma, Ranke escreveu que a verdade acerca do tema haveria de permanecer sendo única, mesmo que fossem escritas infinitas obras sobre tal assunto⁵. Teriam os críticos ferozes de Ranke razão em alertar contra esta postura passiva do historiador frente a uma verdade única?

Em um primeiro momento, estabeleço aqui uma identidade entre tal passividade e certa indiferença em relação a valores. Ranke afirma⁶ que o ponto de vista do historiador deve ser divino (e, portanto, é sempre mais do que um mero “ponto”). Este “ponto”, na falta de termo melhor, não está submetido ao tempo, e, assim, abarcaria toda a humanidade, único argumento que daria uma igualdade das épocas perante Deus. O contato com Deus daria às épocas sua substancialidade própria, uma vez que cada qual não poderia ser comparada com uma outra. Uma solução se apresenta: o contato com Deus garante aos entes históricos sua autonomia. Mas o que é este contato? Aqui me separo de Sérgio Buarque⁷, pois este via no protestantismo de Ranke uma fórmula que poderia muito bem ser substituída por outra, se assim lhe conviesse. Vejo de outra maneira: esta aparente fórmula tem uma substância própria.

Seguindo a trilha indicada, acredito que a noção de unicidade da verdade pode ser pensada desde uma concepção luterana de interpretação. A respeito de tal concepção, Gerald L. Bruns afirma que, dada a finitude do Homem perante a palavra divina, torna-se claro o seguinte: “O que é realmente importante é que Lutero insista que esta situação [da interpretação – N.A.] não é de tipo alegórico; não é do tipo em que o leitor se apropria do texto, mas, pelo contrário, é do tipo em que o leitor é exposto

¹ Professor Adjunto do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

² SARTRE, Jean-Paul. *Em Defesa dos Intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994, p.35.

³ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual em Leopold von Ranke. In: _____. (org). *Ranke*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Vol.8. São Paulo: Ática, 1979, p.14.

⁴ CARDOSO, Ciro. Panorama da Historiografia ocidental (até aproximadamente 1930). In: _____. *Um Historiador fala de teoria e metodologia: Ensaios*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 139-140.

⁵ Cf. RANKE, Leopold von. *Pueblos y Estados em la Historia Moderna*. Traduzido por Wenceslao Roces. Ciudad de México: FCE, 1986, 3ª.ed, p.136.

⁶ *Ibid.*, p.59.

⁷ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual em Leopold von Ranke. In: _____. (org). *Ranke*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Vol.8. São Paulo: Ática, 1979, p.7.

ao texto”.⁸ Não é difícil concluir que resulta deste aspecto a apologia da literalidade do texto, entendida aqui como o caráter imediato da interpretação. Novamente cito as palavras de Bruns: “(...) não há entendimento à distância. Entendimento significa ter uma conexão interna com o que está sendo entendido”.⁹

Só é possível um contato com o texto, portanto, quando o intérprete vê no mesmo uma materialidade que seja infensa a projeções ou transposições de sentido. De algum modo, nega-se um grau de subjetividade, mas, no caso, a subjetividade vetada é aquela caracterizada pelo simples arbítrio, pela atribuição prévia de um sentido ao texto. A interpretação luterana não dispensa o sujeito, apenas o coloca em uma posição na qual ele é perpassado pelo mesmo. Tal situação se revela, portanto, menos como uma plena negação do indivíduo e mais como uma determinação da situação interpretativa, ou por outra: não se deve ler um texto com preconceitos e significados previamente determinados, do contrário, toda e qualquer investigação torna-se ociosa, mera confirmação do “já-sabido”. Indiscutivelmente, sente-se aqui o veto às autoridades interpretativas das Sagradas Escrituras. Este veto, na verdade, é uma libertação da história acumulada e sedimentada.

Esta concepção luterana de interpretação, aqui apenas esboçada, pode ser adequada à obra de Ranke? Para Peter Gay, que via em Ranke tanto um historiador como um teólogo, a resposta é afirmativa. Sem esta articulação, não se compreende o peso da importância das fontes para o trabalho historiográfico:

Foi de tal perspectiva – a autoridade exclusiva do imediato – que Ranke se arrojou, desde os primórdios de sua carreira, a uma crítica agressiva àqueles, dentre seus predecessores, que haviam escrito histórias a partir de outras histórias, creditando a cronistas parciais e apaixonados como Giuccardini o distanciamento próprio de um historiador, e falsamente atribuído a seus textos o estatuto de um documento – na certa Ranke não teria tomado Tácito como autoridade a ser seguida, mas como testemunha a ser interrogada.¹⁰

Podemos, então, observar que esta “autoridade exclusiva do imediato” não corresponde a uma eliminação e neutralização do investigador e escritor de história; antes, procura delimitar a forma de posicionamento deste investigador/escritor no próprio ato interpretativo, cuja principal característica é a recusa dos comentários autorizados. Ao intérprete cabe somente pegar o touro à unha, e é desta tauromaquia que fala Ranke, e não de um sujeito distante o suficiente da realidade para poder descrevê-la fidedignamente. Certa vez, foi irônico ao dizer que não motivo para lastimar aqueles que passam a vida em meio a papéis mortos, pois, entre suas linhas, há uma vida que se revela ao espírito.¹¹

Apesar da evidente crítica de Ranke às historiografias que tirariam de seus temas qualquer valor imanente, não poderia passar ao extremo oposto, a saber: a passividade perante os documentos. Estes não são a residência fixa da verdade, mas antes “papéis mortos” cuja vida revela-se pouco a pouco. Seria precipitado concluir pelo inverso, a saber, o predomínio da subjetividade em Ranke. Será mais fecundo encarar o problema: como se dá esta relação entre sujeito e texto em Ranke, uma vez que o sujeito não é aquele autorizado pela tradição e o texto é, por sua vez, algo que haverá de se esvaír das mãos do intérprete, como quer a interpretação de matriz luterana? O que é, finalmente, esta postura luterana? Pode-se perceber esta postura em Ranke com relação às fontes em três momentos distintos.

Primeiramente, essa postura se manifesta quando se verifica que Ranke não titubeia em articular esferas da vida histórica cujos nexos não são dados, naturais e evidentes. A própria estrutura de *A História da Alemanha na Era da Reforma* é um bom exemplo. Tal obra é apresentada em forma de mosaico: ora Ranke dedica várias páginas à política de Carlos V, já em outras vezes se atém aos movimentos camponeses, aqui fala dos cavaleiros, acolá do próprio Lutero, mais além da corrupção da

⁸ BRUNS, Gerald L. *Scriptura sui interpres: Luther, modernity, and the Foundations of Philosophical Hermeneutics*. In: _____. *Hermeneutics ancient and modern*. New Haven: Yale University Press, 1992, p.146.

⁹ *Ibid.*, p.148.

¹⁰ GAY, Peter. *O Estilo na História*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p.76.

¹¹ Cf. RANKE, Leopold von. *Pueblos y Estados em la Historia Moderna*. Traduzido por Wenceslao Roces. Ciudad de México: FCE, 1986, 3ª.ed., p.134.

Igreja Romana e da defesa de Viena contra os Otomanos. Todos estes elementos apresentam-se coordenadamente, e convergem posteriormente na figura de Lutero, figura histórica cujos passos são teimosamente seguidos por Ranke. O significado histórico do fundador do Protestantismo destaca-se na narrativa rankeana na medida em que é inserido nas situações históricas que o precederam e que o acompanharam, como, por exemplo, o caso das revoltas camponesas lideradas por Thomas Münzer. Como falar que uma fonte é evidente por si mesma? Como por detrás de aparentes crônicas Ranke descortina uma complexa paisagem histórica, só resta concordar: em meio aos papéis mortos, nasce o espírito.

Há ainda o que desenvolver a partir do que acima apenas se insinua. Faz-se necessário chegar ao **segundo modo** como Ranke lida com o material empírico. A leitura da obra de Ranke indica a presença de uma estrutura teleológica de explicação histórica, ainda que não seja uma teleologia com *telos* previsível e determinado, com uma forma acabada. Uma pergunta torna-se inevitável: é possível conciliar a autonomia das épocas e dos povos com uma estrutura teleológica de sentido? Vejamos um exemplo concreto: a idéia rankeana de “nação alemã” como objeto histórico. Para Ranke, a “nação alemã” tem uma característica própria, uma “grande missão histórica”, a saber, a de salvar o cristianismo, tarefa que não vinha sendo cumprida pela Igreja Católica. Ora, assim sendo, como Ranke entenderia a escolástica, por exemplo? Como um fenômeno histórico autêntico, ou como algo a ser avaliado a partir de um critério atemporal – a divulgação do evangelho?¹²

Abordo agora o **terceiro ponto**: qual o significado do testemunho de uma época para sua subsequente elucidação? Como lidar com a fonte? Seria, neste caso, interessante compreender o sentido da individualidade dos agentes históricos. É comumente aceito que Ranke fala de indivíduos fora de seu contexto. Embora não seja, de fato, um autor de História Social, creio que um exame mais acurado pode ser recompensador. Não entendo por individualidade somente o autor de uma fonte, mas, sobretudo, um tema histórico (Lutero, os papas, reis, etc.), os ditos “grandes nomes”.

É notável como Ranke percebe o quão parciais podem ser as visões dos homens a respeito de sua própria época e povo, sendo então homens praticamente incapazes de perceber a essência do fenômeno histórico que presenciam. As posições individuais expressas nas fontes eram meras opiniões, visíveis em todo o espectro de posições antagônicas e mesmo neutras¹³. Leonard Krieger destacou este aspecto fundamental, ao dizer que, para Ranke, tais pontos de vista “não podem prever os resultados gerais de suas próprias ações”¹⁴, sendo que mesmo a compreensão orgânica e articulada dos eventos não é possível no espaço da mesma geração que os vivencia. Toda totalidade de sentido revela-se posteriormente.

Tudo estaria bem resolvido se Ranke, de fato, não tivesse olhos para as “grandes personalidades”. Todavia, esta predileção de Ranke não prova suficientemente que a individualidade seja a força motriz da história. Em seu livro sobre a história dos Papas, verifica-se que o indivíduo também pode estar sujeito às instituições vigentes, sendo, portanto, reflexo e representação de algo que lhe é anterior. Concernente a esta ambigüidade do indivíduo como agente histórico, é gritante, por exemplo, o contraste traçado por Ranke entre Inácio de Loyola e Paulo III em *A História dos Papas*, uma obra escrita em três volumes entre 1834 e 1836. Enquanto Loyola é retratado como um homem cuja forte disciplina pessoal o transforma em um criador de uma nova força histórica (o jesuitismo), Paulo III, apesar de suas qualidades pessoais, é alguém cuja carismática inteligência não ultrapassa a convenção determinada pelos valores e preceitos de seu tempo, com o qual manifestava total concordância. Portanto, o relato biográfico, para Ranke, não tem um sentido unívoco, mas múltiplo. E esta multiplicidade se mede a partir da capacidade criadora de um e outro indivíduo. Pode-se dizer que, para Ranke, Inácio de Loyola é um sujeito histórico, pois suas ações intencionais ultrapassam sua vida biológica: “A partir dos esforços fantásticos de Inácio desenvolveu-se uma notável orientação prática, e partir de sua conversão uma instituição que contava com claros propósitos globais”¹⁵. E, depois,

¹² Cf. RANKE, Leopold von. *Pueblos y Estados em la Historia Moderna*. Traduzido por Wenceslao Roces. Ciudad de México: FCE, 1986, 3ª.ed, p.155-156.

¹³ Idem., p. 176-177.

¹⁴ KRIEGER, Leonard. *Ranke: The Meaning of History*. Chicago: Chicago University Press, 1977, p.177.

¹⁵ RANKE, Leopold Von. *Geschichte der Päpste*. Org. por Willy Andreas. Wiesbaden: Emil Vollmer, 1957, p.90.

complementa, demonstrando cabalmente que a prática historiográfica deve buscar algo além de uma reconstrução fiel das intenções dos agentes históricos: “Ele [Inácio de Loyola] viu todas as suas expectativas serem largamente ultrapassadas”.¹⁶ O mesmo não se aplicaria a Paulo III. Este é descrito por Ranke como um homem que procura adaptar-se ao seu tempo, reger e domar seus conflitos, não se comprometer, não gerar motivos de maiores fricções e transformações: “Tudo indica que este Papa [Paulo III] se sentia no meio de milhares de tendências divergentes (...) e sua intenção era a de considerar o poder de todas elas, minorar seus revezes e aproveitar suas virtudes”¹⁷.

Assim, pode-se dizer que, para o autor da *História dos Papas*, o sentido da individualidade não pode ser previamente estabelecido. Como dizer que a verdade do documento estaria, portanto, somente na reconstituição de sua autenticidade? O sentido do documento depende, portanto, da percepção do historiador quanto ao valor do sujeito histórico retratado no documento. Com isso, procuro apontar para um ponto fundamental: a Verdade histórica não se apresenta explicitamente nas fontes. Enfim: nem a teleologia subordina o Homem como uma peça dentro de um mecanismo, tampouco o investigador registra a ação dos indivíduos na história, considerando-os absolutamente livres e autônomos, seres independentes de seu contexto. As fontes não são ilustrações de verdades atemporais e de uma filosofia mecânica da história, e muito menos podem ser lidas sem um posicionamento claro do historiador quanto à temporalidade das mesmas. Vislumbra-se que, em Ranke, o historiador há de se equilibrar entre uma dimensão e outra, demarcando a cada narrativa um território que equilibre a autonomia de cada agente, época e povo com a sua fluência e repercussão históricas.

É hora de voltar à questão da matriz interpretativa luterana da obra de Ranke. Conforme visto acima, para o luteranismo o texto é também uma realidade, na medida em que se existe para além do desejo prévio e das projeções do pesquisador. Este é antes tomado pelo texto. E mais: no caso do texto historiográfico, haverá de ocorrer uma transposição. O seu leitor também haverá de ser tomado pela narrativa.

O mesmo ocorria concretamente com o estilo de Ranke, cujo objetivo é suscitar a participação do leitor, sem mediações, biombos e autoridades que guiem sua experiência. Pode haver algo mais luterano? Sobre este ponto, Felix Gilbert é esclarecedor:

Na medida do possível, Ranke evita sentenças sumárias e faz com que o narrador desapareça da história, de modo que o leitor fique já em confronto com fatos e eventos. Ranke deseja que o leitor tenha uma experiência participativa com a história. O uso de técnicas literárias possibilita a Ranke a diminuição da distância que separa o presente do passado, dando à história um padrão que se alterna entre descrição de situações e de ações, e, acima de tudo, fazendo com que a obra cumpra com o primeiro requisito da obra literária: contar uma história repleta de tensão.¹⁸

Segundo Gilbert, a discreta participação do intérprete em relação na redação do texto histórico permite que o evento não se restrinja a um passado encerrado, a papéis mortos. O evento, pelo contrário, ganha vida com a participação do leitor encantado e tomado pelo gosto da narrativa. Assim, o papel morto ganha a vida do espírito, ultrapassando a época em que foi produzido.

Está feito o convite: pode ser enriquecedor repensar a famosa e propalada neutralidade eunuca de Ranke, sobretudo em cursos de graduação, e, pasme o leitor, muitas vezes nos cursos de pós-graduação. Não se trata, todavia, de adotá-lo como modelo após tanto tempo de condenação sumária e irrefletida; o que se pretende é não perder uma oportunidade de reconsiderar o lugar da escrita e da pesquisa em história, que, no caso de Ranke, fica clara a posição necessariamente instável do instável do intérprete. O elemento necessário é, pois, o de estar aberto para uma obra, o que implica a recusa de modelos que explicam previamente a realidade histórica. E Ranke demonstrava perfeita lucidez no que dizia respeito à esta necessidade de estar aberto. O prefácio à *História da Inglaterra* a confirma. Nele,

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem, p. 110.

¹⁸ GILBERT, Felix. *History: Politics or culture?* Reflections on Ranke and Burckhardt. Princeton: Princeton University Press, 1990, p.38.

Ranke afirma pretender “como que se apagar nos seus escritos, para só poderem falar aquelas poderosas forças que, ao longo dos séculos, ora se unem, ora se misturam (...)”.¹⁹

Não é o caso de ver em Ranke um defensor da “história-problema”, mas este desejo de “apagar-se”, por sua vez, não é sinônimo de neutralidade. Tem toda a razão Rudolf Vierhaus, um dos maiores estudiosos da obra de Ranke: para Vierhaus, “não é a imparcialidade que caracteriza a sua [de Ranke] obra, mas sim o receio em tomar partido”.²⁰ Isto seria uma demonstração de fraqueza moral e política por parte de Ranke, ou, como diz ainda Vierhaus²¹, da necessária cautela científica, fundamental para a construção de qualquer objeto do conhecimento? Fico com a segunda hipótese, pois, sob tal ponto de vista, não se trata de encontrar um conteúdo único da verdade, mas, sim, de encontrar um modo pelo qual o historiador a busca.

Referências Bibliográficas

- BRUNS, Gerald L. *Scriptura sui interpres: Luther, modernity, and the Foundations of Philosophical Hermeneutics*. In: _____. *Hermeneutics ancient and modern*. New Haven: Yale University Press, 1992.
- CARDOSO, Ciro. Panorama da Historiografia ocidental (até aproximadamente 1930). In: _____. *Um Historiador fala de teoria e metodologia: Ensaios*. Bauru: EDUSC, 2005.
- GAY, Peter. *O Estilo na História*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- GILBERT, Felix. *History: Politics or culture? Reflections on Ranke and Burckhardt*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual em Leopold von Ranke. In: _____. (org). *Ranke*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Vol.8. São Paulo: Ática, 1979.
- KRIEGER, Leonard. *Ranke: The Meaning of History*. Chicago: Chicago University Press, 1977.
- RANKE, Leopold Von. *Geschichte der Päpste*. Editado por Willy Andreas. Wiesbaden: Emil Vollmer Verlag, 1957.
- RANKE, Leopold Von. *Pueblos y Estados em la Historia Moderna*. Traduzido por Wenceslao Roces. Ciudad de México: FCE, 1986.
- VIERHAUS, Rudolf. Rankes Begriff der historischen Objektivität. In: KOSELLECK, Reinhart. (org). *Objektivität und Parteilichkeit in der Geschichtswissenschaft*. Beiträge zur Historik (Band 1). München: DTV, 1977, p.67.

¹⁹ Apud. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual em Leopold von Ranke. In: _____. (org). *Ranke*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Vol.8. São Paulo: Ática, 1979, p.14.

²⁰ VIERHAUS, Rudolf. Rankes Begriff der historischen Objektivität. In: KOSELLECK, Reinhart. (org). *Objektivität und Parteilichkeit in der Geschichtswissenschaft*. Beiträge zur Historik (Band 1). München: DTV, 1977, p.67.

²¹ Idem, p.69.